



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



03-12-14

SEB

=====

58 TC-001313/026/11

Município: Igarapava.

Prefeito: Francisco Tadeu Molina.

Exercício: 2011.

Requerente: Francisco Tadeu Molina– Ex-Prefeito.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Segunda Câmara, em sessão de 03-09-13, publicado no D.O.E. de 02-10-13.

Advogados: Josué Henrique Castro, Flávia Balbina dos Santos Motta Bernache e outros.

Acompanha: TC-001313/126/11.

Procuradora de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

=====

1. RELATÓRIO

1.1 Trata-se de **Pedido de Reexame** interposto pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** contra acórdão da E. Segunda Câmara¹, que decidiu pela emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas relativas ao exercício de 2011.

Para tanto, considerou caracterizados:

a) o descumprimento do artigo 29-A, I², da Constituição federal;

b) o não pagamento da totalidade dos precatórios judiciais;

c) e as demais falhas apontadas pela Fiscalização nos itens: “Planejamento das Políticas Públicas”, “Resultado da Execução

¹ Prolatado em sessão de 03-09-13, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Robson Marinho, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues.

² “**Artigo 29-A** - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito)”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Orçamentária”, “Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial”, “Dívida de Longo Prazo”, “Renúncia de Receitas”, “Dívida Ativa”, “Ensino”, “Demais Despesas Elegíveis para Análise”, “Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais”, “Ordem Cronológica de Pagamentos”, “Falhas de Instrução”, “Contratos Firmados no Exercício Remetidos ao Tribunal”, “Contratos Examinados *In Loco*”, “Execução Contratual”, “Análise do Cumprimento das Exigências Legais” e “Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal”.

1.2 Inconformada, a **Prefeitura**, em suas **razões recursais** (fls.403/483), sustentou o que segue:

Em relação ao descumprimento do **artigo 29-A, § 1º da Constituição federal**, aduziu que o valor repassado a maior ocorreu em razão de divergência na interpretação das normas aplicáveis à espécie, não demonstrando, até mesmo pelo ínfimo valor repassado a maior, qualquer tipo de dolo ou gestão temerária ou a vontade livre de contrariar as normas vigentes. Uma vez que para o montante de R\$ 2.313.567,58 transferidos à Câmara Municipal, apenas 0,7% foi a maior, se analisarmos mensalmente, o valor representa apenas R\$ 1.965,06;

Ressaltou o Recorrente que de forma espontânea, deliberou em atualizar (UFESP/2013) o valor transferido a maior e efetuar o depósito diretamente aos cofres municipais, no importe de R\$26.175,33, evitando-se, inclusive, a necessidade de que esta Corte determine a adoção de providências (Guia de Recolhimento - fl. 428 em 31-10-2013).

Informou que o Poder Judiciário³ tem entendimento no sentido de que o repasse a maior, com a devolução espontânea do

³ “INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – CONDUTA DOLOSA QUE NÃO RESTOU CONFIGURADA – ELEMENTOS INSUFICIENTES PARA BALISAR PERSECUÇÃO PENAL – ARQUIVAMENTO PROPOSTO PELA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA – ACOLHIMENTO” (Apelação nº 990.10.260.279-6 – Comarca: Jaú – voto nº 1948 – 15ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Votação Unânime – 01-07-2010 –Relator: Camilo Lellis).

(...)

Os documentos demonstram que o depósito do duodécimo relativo a setembro de 2008 foi efetuado em 30 de outubro daquele ano (fl.458). Os documentos comprovam ainda que o Alcaide promoveu a devolução de R\$ 140.000,00 à conta da Prefeitura (fls. 480/481).

Ressalta-se, ainda, que o Tribunal de Contas concluiu que, no exercício de 2007, os repasses à Câmara Municipal foram feitos à maior.

Portanto, não houve omissão dos repasses pelo Prefeito, tampouco houve insuficiência dos recursos repassados à Câmara. Inexistente, portanto, conduta dolosa do Alcaide de descumprir o texto constitucional ou de impedir o livre exercício do Poder Legislativo”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Alcaide, enseja o arquivamento do procedimento investigatório, não caracterizando conduta dolosa do mesmo de descumprir os mandamentos constitucionais.

No que se refere aos “**Precatórios**” ressaltou que existe diferenças entre os Demonstrativos de Apuração da Receita Corrente Líquida – período 6º Bimestre/3º Quadrimestre de 2010:

	Sistema AUDESP -	Balancete/2010
	R\$	Dezembro - R\$
Receita Tributária	3.786.027,73	3.786.027,73
Receita de Contribuições	2.978.656,71	1.363.123,63
Receita Patrimonial	985.822,68	1.003.724,71
Receita de Serviços	11.650,00	0,00
Transferências	44.646.225,10	46.457.875,10
Outras Receitas	1.333.742,69	1.425.065,94
(-) Deduções		
Contribuição do Servidor ao RPPS	1.345.673,97	1.345.673,97
Outras Deduções (FUNDEB)	5.696.494,81	5.696.494,81
Receita Corrente Líquida	48.499.956,13	46.993.648,33
	Fl. 432	Fl. 444

A diferença refere-se ao cômputo da Receita de Contribuições intra-orçamentária (código 72.00.00.00.00) contribuição patronal ao RPPS realizada durante o exercício de 2010, quando de acordo com os mandamentos legais vigentes não deveria ser computada na linha de Receitas de Contribuições (código 12.00.00.00.00).

Nesse sentido citou as explicações sobre o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – Portaria STN nº 407, de junho/2011 – Modelo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – www.tesouro.fazenda.gov.br:

*“Portanto, as receitas intra-orçamentárias (contrapartida da modalidade 91) deverão ser excluídas do cálculo por caracterizarem duplicidade, uma vez que representam operações entre entidades integrantes do mesmo orçamento fiscal e da seguridade social. Ou seja, as receitas intra-orçamentárias não poderão ser computadas nas linhas referentes às receitas correntes brutas e também não poderão ser deduzidas. **Nesse contexto, a contribuição patronal para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, por configurar uma duplicidade, não será computada na linha Receita de Contribuições e não será deduzida**”.*

Assim ressaltou que é de rigor que o Setor de Cálculos deste Tribunal de Contas, instado a se manifestar, proceda à apuração da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Receita Corrente Líquida de 2010 não computando a Receita de Contribuições Intra-Orçamentária (Contribuição Patronal dos Servidores Ativos Civil).

Consignou que o parecer elaborado pela Assessoria Técnica (fls. 347/350), pelo Ministério Público de Contas (fls. 352/353) e pela Secretaria Diretoria Geral (fls. 355/360) foi no sentido de que o pagamento dos precatórios não representava óbice à emissão de parecer favorável as contas.

Esclareceu que o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, especificamente o DEPRE, entendia que a alíquota de 1% adotada pelo Município de Igarapava era suficiente à liquidação da dívida e, neste sentido, observou fielmente referida alíquota e efetuou os respectivos depósitos de acordo com as fls. 26/27.

E finalmente o próprio Tribunal de Justiça, por meio do DEPRE, quando da realização do cálculo e recálculo da alíquota para fins de quitação dos precatórios no prazo de 15 anos, num primeiro momento concluiu que era de extremo rigor majorar a alíquota de **1%** para **1,91%** (cálculo de 08-10-2010 – fl. 186), em 14-12-2010 (fl. 194) entendeu que a alíquota de **1%** estava adequada e em 13-08-2012 (fls. 310/311) majorou a alíquota para **1,25%**, demonstrando assim a complexidade da matéria que afeta não só os Municípios brasileiros, mas o próprio Poder Judiciário.

Postulou, finalmente em relação às “**Outras Falhas**”, as quais não têm o condão de macular o conjunto das contas, uma vez que já foram objeto de adoção de providências por parte da Municipalidade. Assim, não devem ensejar um juízo desfavorável por parte desta E. Corte, podendo ser relevada a exemplo do decidido nos TC’s 002130/026/07 e 025236/026/07.

1.3 Instada (fl. 485) a **Assessoria Técnica** oficiou nos autos.

a) A Unidade de Cálculos (fls. 486/490) registrou que a devolução espontânea do valor transferido a maior para a Câmara no importe de R\$26.175,33 em 31-10-2013 não regulariza a questão. Nesse sentido, citou o voto proferido nos autos do TC-000923/026/11⁴.

⁴ TC-000923/026/11 - Prefeitura Municipal de Elias Fausto – Exercício de 2011 – Colenda Câmara em E. Relator Conselheiro EDGARD CAMARGO RODRIGUES.

“Contudo, o ponto crítico verificado nos presentes demonstrativos refere-se à excessiva transferência de recursos correspondentes a 7,40% da receita tributária ampliada do exercício anterior à Câmara Municipal, embora em vigor a nova redação do artigo 29-A da Constituição Federal, introduzida



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Entendeu correta a inclusão na base de cálculo da Receita Tributária Ampliada à arrecadação decorrente da “*Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública*” (2010 = R\$17.449,66 – conforme consulta realizada no sistema AUDESP – fl. 491), conforme entendimento sedimentado nesta E. Corte a exemplo do **TC-002607/026/11**⁵.

pela Emenda Constitucional nº 58/09, prevendo limites mais modestos para as despesas dos Legislativos municipais.

Após enfatizar que o defeito adveio de equívoco do setor competente daquela Administração ao utilizar como base de cálculo a Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior “Prevista” e não a efetivamente “Realizada”, noticiou que o Legislativo efetuou a devolução do montante recebido a maior.

No entanto, a documentação encaminhada pela origem (doc.5 do expediente TC-002011/009/12) demonstra que o Legislativo promoveu a restituição da quantia de R\$ 200.000,00, suficiente a cobrir o montante de duodécimos repassados em excesso (R\$ 87.160,80), somente em 17-10-2012, ou seja, cerca dez meses após o encerramento do período em apreço (2011), em frontal descompasso com o princípio da anualidade das contas, pois suportada com recursos provenientes do exercício subsequente (2012).

Aliás, a C. Primeira Câmara (Sessão de 09-10-2012), ao apreciar as contas do Prefeito de Itobi, relativas ao exercício de 2010 (TC-002848/026/10 – Relatora: E. CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES), repudiou procedimento da espécie”.

“No caso, conforme quadro demonstrativo elaborado pela inspeção, a Municipalidade endereçou montante equivalente a 7,15% da receita tributária arrecadada no exercício anterior, quando estava limitada a 7%.

(...)

E finalmente, no que se refere à devolução dos valores ao erário, penso que não pode ser aceito, sob pena de invalidação do princípio da anualidade, bem como, porque o erário foi onerado com recursos que não pertenciam ao exercício sob exame, conforme anotado por SDG”.

⁵ TC-002607/026/11 – Câmara Municipal de Alvinlândia – exercício de 2011 – sessão da Colenda Câmara em 05-02-2013 – E. Relator Conselheiro ROBSON MARINHO:

“O Ministério Público Federal acrescentou, porém que os valores decorrentes da contribuição para custeio de iluminação pública, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 573675 – RELATOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI, TRIBUNAL PLENO, JULGADO EM 25-03-2009. REPERCUSSÃO GERAL), devem integrar a base de cálculo. Não obstante, ainda assim, houve infração ao dispositivo constitucional”.

Voto

“Acolhendo manifestação unânime da Assessoria Técnica e do Ministério Público de Contas, considero que as contas em apreciação demonstram falhas suficientes para sua desaprovação, tendo em vista o descumprimento do art. 29-A da Constituição Federal.

Com efeito, a despeito dos argumentos da Origem no sentido da inclusão de uma série de receitas, deve ser incorporada à base de cálculo, correspondente a receita ampliada, apenas a soma de R\$ 2.938,91.

Trata-se, de fato, de receita tributária, decorrente de contribuição para custeio de iluminação pública, conforme bem colocado pelo Ministério Público de Contas, ao citar decisão do Supremo Tribunal Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Desta forma **refez os cálculos e ainda assim o Município de Igarapava continuou a infringir ao disposto no artigo 29-A, I, da Constituição federal, pois repassou a Câmara Municipal 7,068%** da receita tributária ampliada do exercício de 2010.

b) A Unidade de Economia (fls. 493/494) entendeu que a mácula relativa ao pagamento dos precatórios pode ser afastada e esclareceu que assiste razão a Prefeitura na medida em que os valores da Receita Corrente Líquida apurada pela Fiscalização, constante da tabela de fl.27, foram retirados da planilha de fl. 46 do anexo I, os quais foram extraídos do sistema AUDESP e que em dezembro 2010 atingiu R\$48.499.956,13 [a receita de contribuições corresponde a R\$2.978.656,71 (patronal R\$1.632.982,74 + servidores R\$1.345.673,97)]. Juntou o balanço orçamentário do Instituto de Previdência (fl. 492) comprovando o montante de receita de contribuições. Dessa forma, entendeu que as contribuições patronais, erroneamente alimentadas como receitas de contribuições no sistema AUDESP, provocaram uma elevação irreal da Receita Corrente Líquida.

E finalmente, com a informação ora apresentada, fica afastada a mácula com relação ao pagamento dos precatórios, já que os valores apurados pela Fiscalização basearam-se em um valor incorreto da RCL, ou seja, em um valor maior do que o que deveria ser considerado, gerando, com isso, a diferença a menor nos depósitos efetuados nas contas vinculadas da ordem de R\$10.206,93.

Assim, afastou a falha apontada em relação aos pagamentos dos precatórios no exercício de 2011 e concluiu pela **procedência do pedido de reexame**.

c) A Unidade Jurídica (fls.495/497), de seu turno, opinou pela **improcedência do pedido de reexame**, eis que mantido o descumprimento do contido no artigo 29-A, I do Texto Supremo, ou seja, a transferência de duodécimos a Câmara atingiu **7,068%** no exercício de 2011.

De todo modo, os demais valores pretendidos pela Origem não são pertinentes, visto que, não se enquadram na determinação expressa pela Carta Magna, não sendo admissíveis, pois, valores decorrentes de transferências voluntárias, bem como de receitas patrimoniais.

*Dessa forma, o **gasto total do Legislativo** manteve-se acima das metas estabelecidas pelo artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal, pois correspondeu a **7,23%** da receita efetivamente arrecadada pelo Município no exercício anterior, contra um limite máximo de 7,00%".*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



d) Chefia do Órgão (fl.498) posicionou-se, por fim, pelo **não provimento do apelo**, afastando, todavia, dentre os fundamentos da rejeição, a impropriedade relativa à falta de pagamento dos precatórios judiciais.

1.4 O Ministério Público de Contas (fls.499/502), apoiando-se na análise da ATJ, posicionou-se pelo conhecimento e pelo **provimento parcial** do Pedido de Reexame, apenas para afastar a irregularidade concernente ao insuficiente pagamento de precatórios e reforçou que no seu entender a reanálise da Receita Corrente Líquida, agora com os dados corretos referentes à Receita de Contribuição altera o valor da RCL de R\$48.499.956,13 para R\$46.993.648,33 e, portanto, enseja a procedência do pedido de reexame neste ponto, **mantendo-se contudo, a conclusão pela emissão de parecer desfavorável as contas.**

1.5 A Secretaria Diretoria Geral (fls. 504/506) entendeu em relação aos “Precatórios”, que após os ajustes efetuados pela Assessoria Especializada, no tocante a Receita Corrente Líquida, observou a boa ordem dos pagamentos.

No entanto, a afronta ao artigo 29-A, I, da Constituição federal permanece, mesmo diante da averiguação feita pela ATJ (acréscimo ao somatório da receita tributária ampliada do exercício anterior dos resultados financeiros com as contribuições para custeio do serviço de iluminação pública). O volume de transferências de recursos à Câmara Municipal continuou acima do teto de referência, ou seja, a Administração despendeu **7,068%**, e concluiu pelo **não provimento do pedido de reexame** interposto, afastando a questão atinente aos precatórios judiciais.

1.6 O processo constou da pauta dos trabalhos da sessão de 22-10-14 e dela foi retirado nos termos e para os fins previstos no artigo 105, I, do Regimento Interno.

Considerando a afirmação de que o Recorrente atualizou e efetuou, diretamente aos cofres municipais, a devolução do valor repassado a maior ao Poder Legislativo, da ordem de R\$ 26.175,33 (fl. 407), bem assim que na guia juntada aos autos (fl. 428) não consta a autenticação do agente recebedor (tesouraria ou banco) determinei diligência a fim de que o Prefeito, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentasse a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



comprovação do efetivo recolhimento ao erário, sob pena de decisão do feito no estado em que se encontra, o que foi devidamente cumprido consoante os documentos de fls. 509/510.

1.7 Incluído da sessão de 12-11-14, o processo foi novamente retirado de pauta nos termos e para os fins previstos no artigo 105, I, do Regimento Interno.

É o relatório.

2. VOTO - PRELIMINAR

2.1 O parecer foi publicado no DOE de 02-10-2013 (fl.390), de sorte que o recurso, interposto em 1º-11-2013 (fls. 403/425) e demais documentos (fls.426/483), é tempestivo.

2.2 Presentes os demais requisitos de admissibilidade, voto pelo **conhecimento** do apelo.

3. VOTO - MÉRITO

3.1 No mérito, as razões do recurso não são suficientes para afastar todas as irregularidades motivadoras da rejeição das contas.

A. Precatórios.

Informou a Fiscalização (fl.26) que o Município efetuou depósitos na conta vinculada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. No entanto, o valor contabilizado pela Prefeitura⁶ divergiu do valor apurado pela Fiscalização, no montante de R\$10.206,93⁷.

⁶ Demonstrativo – Valor Devido dos Precatórios - Fl. 27

Data	Empenho	Ordem de Pagamento	Valor Pago pela PM	Valor calculado pela fiscalização	RCL apurada pela fiscalização *
28-01-2011	494	440	R\$ 19.580,69	R\$ 20.234,96	48.563.902,40
28-01-2011	495	441	R\$ 19.580,69	R\$ 20.234,96	
25-02-2011	1226	1187	R\$ 20.086,82	R\$ 20.208,32	48.499.956,13



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



O Recorrente alegou que o valor da Receita Corrente Líquida apurada em dezembro de 2010 e constante da Planilha para cálculo do percentual a ser depositado no Tribunal de Justiça – DEPRE a conta dos precatórios (conforme nota de rodapé nº 05) foi erroneamente apurado, tendo em vista a inclusão das Contribuições Patronais ao Regime Próprio

25-02-2011	1227	1188	R\$ 20.086,82	R\$ 20.208,32	
29-03-2011	2153	2172	R\$ 19.853,16	R\$ 20.323,91	48.777.388,64
29-03-2011	2155	2173	R\$ 19.853,16	R\$ 20.323,91	
27-04-2011	2157	2978	R\$ 20.102,17	R\$ 20.565,08	49.356.185,72
27-04-2011	2159	2979	R\$ 20.102,17	R\$ 20.565,08	
30-05-2011	4057	4109	R\$ 20.233,99	R\$ 20.583,42	49.400.209,10
30-05-2011	4058	4108	R\$ 20.233,99	R\$ 20.583,42	
29-06-2011	4059	4944	R\$ 20.419,13	R\$ 20.743,63	49.784.708,42
29-06-2011	4060	4945	R\$ 20.419,13	R\$ 20.743,63	
29-07-2011	5432	6089	R\$ 20.878,63	R\$ 21.117,51	50.682.033,01
29-07-2011	5433	6090	R\$ 20.878,63	R\$ 21.117,51	
30-08-2011	6034	7100	R\$ 20.902,70	R\$ 21.078,23	50.587.742,91
30-08-2011	6035	7101	R\$ 20.902,70	R\$ 21.078,23	
30-09-2011	7166	7914	R\$ 21.020,17	R\$ 21.816,95	52.360.689,18
30-09-2011	7168	7915	R\$ 21.020,17	R\$ 21.816,95	
03-11-2011	7170	8965	R\$ 20.934,29	R\$ 22.144,64	53.147.125,25
03-11-2011	7172	8966	R\$ 20.934,29	R\$ 22.144,64	
29-11-2011	9340	9697	R\$ 22.038,76	R\$ 22.161,88	53.188.506,75
29-11-2011	9341	9698	R\$ 22.038,76	R\$ 22.161,88	
20-12-2011	9342	10539	R\$ 22.426,25	R\$ 22.601,70	54.244.101,83
20-12-2011	9343	10540	R\$ 22.426,25	R\$ 22.601,70	
			R\$ 496.953,52	R\$ 507.160,46	
			Diferença	R\$10.206,93	

7

Demonstrativo – Fl. 26

Opção de Pagamento Mensal	1,00%	% RCL
Valor devido referente à opção mensal:	R\$507.160,46	
Total de depósitos nas contas vinculadas:		R\$ 496.953,53
Saldo a pagar:		R\$ 10.206,93
LOA 2009	600.000,00	
LOA 2010	600.000,00	
Média LOA 2009/2010	600.000,00	-98,30%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



de Previdência Social, pois nos termos da Portaria STN nº 407, de junho/2011 – Modelo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – www.tesouro.fazenda.gov.br, não devem ser inseridas e assim o Demonstrativo apresentado pela Equipe de Fiscalização (fl. 27) é digno de ajustes.

Desta forma, acompanho a Assessoria Técnica de ATJ (fls. 493/494), Ministério Público de Contas (fls.499/502) e a Secretaria Diretoria Geral (fls.504/506), tendo em vista que a Contribuição Patronal erroneamente inserida no sistema AUDESP como Receita de Contribuição, provocou uma elevação irreal da Receita Corrente Líquida. Em consequência, no mês de fevereiro de 2011, com base na RCL de dezembro de 2010, o valor apurado e depositado foi maior que o devido (Demonstrativo elaborado pela Fiscalização)⁸, razão porque afasto a falha apontada, e ressalto, na oportunidade, o módico valor envolvido.

B) Com relação ao item Transferências de Duodécimos a Câmara, considero necessárias as seguintes considerações:

Apontou a Fiscalização (fl. 31), bem como o voto condutor (fls. 381/384), que a Prefeitura Municipal de Igarapava não obedeceu ao limite do artigo 29-A, I, da Constituição federal.

Valor Utilizado pela Câmara [Repasse (-) Devolução]	R\$ 2.313.567,58
Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior – 2010	R\$ 32.714.097,25 ⁹

⁸ Tabela da RCL de Dez/2010					
Data	Empenho	Ordem de Pagamento	Valor Pago pela PM	Valor calculado pela fiscalização	RCL apurada pela fiscalização *
25-02-2011	1226	1187	R\$ 20.086,82	R\$ 20.208,32	48.499.956,13
25-02-2011	1227	1188	R\$ 20.086,82	R\$ 20.208,32	
Recalculando o novo valor a ser depositado – RCL de Dez/2010					
Data	Empenho	Ordem de Pagamento	Valor Pago pela PM	Valor calculado pela fiscalização	RCL apurada pela fiscalização *
25-02-2011	1226	1187	R\$ 20.086,82	R\$ 19.267,39	46.993.648,33
25-02-2011	1227	1188	R\$ 20.086,82	R\$ 19.267,39	

A importância depositada a maior em fevereiro de 2011 correspondeu a R\$1.881,86.

⁹ Demonstrativo da Receita Tributária Ampliada – Fl. 17 do TC-002197/026/10 (Câmara Municipal de Igarapava – exercício de 2010).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Percentual Resultante

7,07%

A Unidade Especialista incluiu na base de cálculo da Receita Tributária Ampliada¹⁰ os valores decorrentes da Contribuição para Custeio de Iluminação Pública por força da decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 573675 – RELATOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI, TRIBUNAL PLENO, JULGADO EM 25-03-2009. REPERCUSSÃO GERAL), e assim o Demonstrativo passou a contar com a seguinte configuração:

Valor Utilizado pela Câmara [Repasse (-) Devolução]	R\$ 2.313.567,58
Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior – 2010	R\$ 32.714.097,25
(+) Contribuição para Custeio de Iluminação Pública	R\$ 17.449,66
Total da Receita Tributária Ampliada - Agora Considerada	R\$ 32.731.546,91
Percentual Resultante	7,068%

O Recorrente enfatizou que espontaneamente atualizou o montante repassado a maior, da ordem de R\$ 23.580,77, com base na UFESP/2013, e efetuou o depósito diretamente aos cofres municipais, no importe de R\$ 26.175,33, conforme Guia de Recolhimento (fl. 428 em **31-10-2013**), regularizando a situação.

Em que pese a importância da obediência ao princípio da anualidade, penso que neste caso a questão possa ser excepcionada.

Primeiro pelo fato de que o recolhimento foi feito com recursos do próprio Prefeito, diversamente do que normalmente tem ocorrido, quando a devolução tem sido efetuada pelo Presidente do Legislativo e com verba de orçamento futuro, hipótese não aceita por esta Corte.

Taxas	R\$ 547.303,09
Receitas de Transferências	
- FPM	R\$ 10.559.836,05
- ITR	R\$ 633.641,00
- ICMS	R\$ 15.801.024,94
- IPVA	R\$ 1.719.891,77
- IPI	R\$ 127.521,39
- CIDE	R\$ 86.154,37
Total	R\$ 32.714.097,25

¹⁰ Receita Tributária Ampliada conforme Nota Interativa NTI- SDG 06/06 compreende a receita tributária + tributos transferidos pelo Estado e União + CIDE, nisso tudo desconsiderado dívida ativa tributária e a receita da Lei Kandir.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Segundo, porque até mesmo no direito penal o pagamento efetuado espontaneamente e antes do oferecimento da denúncia, impõe a declaração de extinção da punibilidade como, por exemplo, nos crimes cometidos contra a ordem tributária¹¹.

Terceiro porque seria de extremo rigor reprovar as contas do Prefeito quando cumpridos os principais aspectos constitucionais e legais sobre a matéria.

C. As demais impropriedades apuradas nos itens: “Planejamento das Políticas Públicas”, “Resultado da Execução Orçamentária”, “Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial”, “Dívida de Longo Prazo”, “Renúncia de Receitas”, “Dívida Ativa”, “Ensino”, “Demais Despesas Elegíveis para Análise”, “Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais”, “Ordem Cronológica de Pagamentos”, “Falhas de Instrução”, “Contratos Firmados no Exercício Remetidos ao Tribunal”, “Contratos Examinados *In Loco*”, “Execução Contratual”, “Análise do Cumprimento das Exigências Legais” e “Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal”, embora não afastadas, não o condão de macular a integridade das contas, podendo serem alçadas ao campo das recomendações.

3.3 Diante do exposto acompanho as manifestações convergentes da Unidade de Economia da Assessoria Técnica e voto pelo **provimento** do Pedido de Reexame, para o fim de reformar o parecer impugnado e, por conseguinte, com a emissão de outro, agora **favorável** à aprovação das contas, sem prejuízo das recomendações exaradas no corpo do voto.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2014.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

¹¹

De acordo com o artigo 34 da Lei nº 9.249/95:

“Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

